

Carta ao Presidente da COP30

Reconhecimento e Consolidação do Fórum Global de Comunidades Locais sobre Mudanças Climáticas

Belém, Brasil – Novembro de 2025

Excelentíssimo Embaixador André Corrêa do Lago,

Presidente da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30),

Excelência,

Receba nossos cumprimentos respeitosos e nosso reconhecimento pela liderança demonstrada na condução dos trabalhos da COP30 em Belém, especialmente no que diz respeito ao compromisso da Presidência em ampliar a legitimidade, a eficácia e a justiça das respostas globais à crise climática.

É com honra que lhe comunicamos oficialmente a criação e o lançamento do **Fórum Global de Comunidades Locais sobre Mudanças Climáticas**, um marco construído coletiva e democraticamente por organizações e lideranças de comunidades locais da África, Ásia, América Latina e Caribe, reunidas nesta Conferência para consolidar um espaço político permanente, autônomo e plural.

Esse Fórum é a expressão madura de um processo de auto-organização que há anos se desenvolve silenciosamente nos territórios e que agora ganha forma visível no palco multilateral. Representa não apenas um agrupamento de organizações, mas uma arquitetura coletiva legítima, baseada em princípios de autodefinição, vínculo comunitário com os territórios, ancestralidade, modos de vida sustentáveis e práticas comunitárias que geram conservação da biodiversidade e sustentam a vida.

1. Lançamento do Fórum e Coordenação Política Eleita

Após processo de consulta global e diálogos inter-regionais realizados durante a COP30, o Fórum Global de Comunidades Locais constituiu:

Coordenação Política Regional (2025–2027):

- África: Alhassan Attahiru Jaoji (Nigéria) e Cécile Ndjebet (Camarões)
- Ásia: Bharati Pathak (Nepal) e *TBC*

- América Latina e Caribe: Gustavo Sanchez Valle (México) e Samuel Leite Caetano (Brasil)

Essa coordenação tem responsabilidades claras: facilitar processos internos de consulta, representar o Fórum perante espaços formais da UNFCCC e garantir paridade de gênero, transparência e prestação de contas.

2. Critérios de Representação e Princípios do Fórum

Foram aprovados coletivamente os critérios que definem quem integra o Fórum e, portanto, quem compõe legitimamente a representação das Comunidades Locais na UNFCCC:

Critérios de Autodefinição das Comunidades Locais

1. Vínculo territorial coletivo, incluindo povos de mobilidade territorial (pastoralistas, nômades e transumantes).
2. Autogoverno e formas comunitárias de tomada de decisão.
3. Ancestralidade, memória coletiva e transmissão intergeracional de conhecimentos.
4. Modos de vida que geram conservação, restauram ecossistemas e sustentam a biodiversidade.
5. Identidade própria, não dependente de reconhecimento estatal formal.

Princípios Orientadores

- Autonomia e autodeterminação na escolha de representantes.
- Paridade regional, geracional e de gênero.
- Transparência e responsabilidade coletiva.
- Solidariedade intercomunitária e inter-regional.
- Proteção de defensores de territórios e direitos humanos.

3. Demandas à Presidência da COP30

Excelência, este momento em Belém abriu uma oportunidade histórica: a de corrigir a lacuna persistente no reconhecimento político das Comunidades Locais dentro da Convenção.

À luz da maturidade organizativa demonstrada, solicitamos à Presidência da COP30 o seu apoio diplomático no encaminhamento das seguintes demandas:

(1) Reconhecimento do Fórum Global de Comunidades Locais como interlocutor legítimo da UNFCCC

Que o Fórum seja formalmente reconhecido como o espaço de articulação e representação das comunidades locais, em diálogo direto com o Secretariado, grupos constituintes e órgãos subsidiários.

(2) Estabelecimento de meios oficiais de comunicação direta entre o Fórum/Caucus e a Presidência da COP, o Secretariado da UNFCCC e a LCIPP

Enquanto não se formaliza uma constituição específica, é fundamental que não haja intermediação por governos ou atores externos.

(3) Inclusão do Fórum no diálogo mandatado pela Decisão 14/CP.29 sobre a participação das Comunidades Locais

Garantindo consulta direta e explícita à coordenação global recém-eleita.

(4) Apoio político à criação das três vagas destinadas às Comunidades Locais no FWG da LCIPP, conforme determinado desde a COP24

E, conforme o princípio de legitimidade política, que tais vagas sejam preenchidas exclusivamente por indicações diretas do Caucus/Fórum Global de Comunidades Locais, seguindo processos internos transparentes e representativos.

(5) Facilitação de recursos logísticos e financeiros para garantir participação efetiva das regiões do Sul Global

Particularmente para os grupos mais afetados por barreiras financeiras, linguísticas e de mobilidade.

4. Solicitação de Apoio Institucional do Secretariado da UNFCCC

Ao Secretariado, solicitamos:

- Estabelecimento de canal formal de comunicação institucional contínua com a coordenação do Fórum.
- Reconhecimento do Fórum como grupo auto-organizado para fins de engajamento na Convenção.

- Inclusão do Fórum nas reuniões preparatórias, consultas técnicas e eventos mandatados da LCIPP e demais órgãos pertinentes.
- Garantia de serviços de tradução multilíngue para apoiar a diversidade linguística das regiões participantes.

5. Considerações Finais

Excelência,

As Comunidades Locais que se reúnem em Belém não são setores periféricos da ação climática global; são sujeitos políticos, guardiões de territórios de vida, inovadores da adaptação e mantenedores da biodiversidade. São, como dito por muitas lideranças aqui presentes, “a última linha de defesa da Terra”.

A auto-organização demonstrada na COP30 representa um salto histórico — não apenas para as comunidades, mas para todo o sistema multilateral. Agora, pedimos que a Presidência da COP30 ajude a transformar esse avanço político em reconhecimento institucional real.

Reafirmamos nosso compromisso com o diálogo, a cooperação e a construção conjunta de soluções, na esperança de que este seja lembrado como o momento em que a UNFCCC finalmente abriu as portas para que as comunidades locais falassem com voz própria, dignidade e autonomia.

Colocamo-nos à disposição para qualquer reunião adicional ou orientação que Vossa Excelência considerar necessária.

Com elevada estima e consideração,

Fórum Global de Comunidades Locais sobre Mudanças Climáticas

Coordenação Politicamente Eleita: Nigéria, Camarões, Nepal, Indonésia, México e Brasil

Belém, novembro de 2025

Letter to the President of COP30

Recognition and Consolidation of the Global Forum of Local Communities on Climate Change

Belém, Brazil – November 2025

His Excellency Ambassador André Corrêa do Lago

President of the Conference of the Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change (COP30)

Your Excellency,

Please receive our respectful greetings and our acknowledgment of the leadership demonstrated in guiding the work of COP30 in Belém, particularly in relation to the Presidency's commitment to enhancing the legitimacy, effectiveness, and justice of the global response to the climate crisis.

It is with great honor that we officially inform you of the creation and launch of the **Global Forum of Local Communities on Climate Change**, a milestone built collectively and democratically by organizations and leaders from local communities across Africa, Asia, Latin America, and the Caribbean, gathered at this Conference to consolidate a permanent, autonomous, and plural political space.

This Forum represents the maturity of a long-standing process of self-organization that has grown quietly in territories around the world and that now takes visible shape on the multilateral stage. It reflects not merely a grouping of organizations, but a legitimate collective architecture grounded in principles of self-identification, community-based territorial ties, ancestry, sustainable livelihoods, and community practices that conserve biodiversity and sustain life.

1. Launch of the Forum and Elected Political Coordination

Following a global consultation process and interregional dialogues held during COP30, the Global Forum of Local Communities established the following:

Regional Political Coordination (2025–2027)

Africa: Alhassan Attahiru Jaoji (Nigeria) and Cécile Ndjebet (Cameroon)

Asia: Bharati Pathak (Nepal) and *TBC*

Latin America and the Caribbean: Gustavo Sanchez Valle (Mexico) and Samuel Leite Caetano (Brazil)

This coordination has a clear mandate: to facilitate internal consultation processes, represent the Forum in formal UNFCCC spaces, and ensure gender parity, transparency, and accountability.

2. Representation Criteria and Principles of the Forum

The Forum collectively approved the criteria that define who composes the Forum and, therefore, who legitimately represents Local Communities within the UNFCCC.

Self-Identification Criteria for Local Communities

- Collective territorial ties, including peoples with territorial mobility (pastoralists, nomadic and transhumant groups).
- Self-governance and community-based decision-making.
- Ancestry, collective memory, and intergenerational transmission of knowledge.
- Livelihoods that conserve nature, restore ecosystems, and sustain biodiversity.
- A distinct identity not dependent on formal state recognition.

Guiding Principles

- Autonomy and self-determination in choosing representatives.
- Regional, generational, and gender parity.
- Transparency and collective responsibility.
- Intercommunity and interregional solidarity.
- Protection of territorial and human rights defenders.

3. Requests to the COP30 Presidency

Your Excellency, this moment in Belém has opened a historic opportunity to address the long-standing gap in the political recognition of Local Communities within the Convention.

In light of the organizational maturity demonstrated, we respectfully request the diplomatic support of the COP30 Presidency in advancing the following:

(1) Recognition of the Global Forum of Local Communities as a legitimate interlocutor of the UNFCCC

That the Forum be formally acknowledged as the articulation and representation space for local communities, engaging directly with the Secretariat, constituted groups, and subsidiary bodies.

(2) Establishment of official channels of direct communication between the Forum/Caucus and the COP Presidency, the UNFCCC Secretariat, and the LCIPP

Until a specific constituency is formally established, it is essential that communication not be mediated by governments or external actors.

(3) Inclusion of the Forum in the mandated dialogue under Decision 14/CP.29 on Local Community participation

Ensuring the explicit and direct consultation of the newly elected global coordination.

(4) Political support for the creation of the three seats designated for Local Communities in the LCIPP FWG

As mandated since COP24.

And, following the principle of political legitimacy, such seats must be filled exclusively through direct nominations from the Caucus/Global Forum of Local Communities, based on transparent and representative internal processes.

(5) Facilitation of logistical and financial support to ensure effective participation from regions of the Global South

Particularly for groups most affected by financial, linguistic, and mobility barriers.

4. Request for Institutional Support from the UNFCCC Secretariat

We respectfully request that the Secretariat:

- Establish a formal and continuous institutional communication channel with the Forum's coordination.
- Recognize the Forum as a self-organized group for engagement within the Convention.
- Include the Forum in preparatory meetings, technical consultations, and mandated LCIPP events and relevant bodies.
- Guarantee multilingual interpretation services to support the linguistic diversity of participating regions.

5. Final Considerations

Your Excellency,

The Local Communities gathered in Belém are not peripheral actors in global climate action; they are political subjects, guardians of territories of life, innovators of adaptation, and stewards of biodiversity. They are, as many leaders here have expressed, **“the last line of defense of the Earth.”**

The self-organization demonstrated at COP30 represents a historic leap — not only for communities but for the entire multilateral system. We now ask that the COP30 Presidency help transform this political advance into real institutional recognition.

We reaffirm our commitment to dialogue, cooperation, and joint construction of solutions, trusting that this moment will be remembered as the time when the UNFCCC finally opened its doors for Local Communities to speak with their own voice, dignity, and autonomy.

We remain at your disposal for any further meeting or guidance Your Excellency may consider necessary.

With highest consideration,

Global Forum of Local Communities on Climate Change

Politically Elected Coordination: Nigeria, Cameroon, Nepal, Indonesia, Mexico, and Brazil
Belém, November 2025

Carta al Presidente de la COP30

Reconocimiento y Consolidación del Foro Global de Comunidades Locales sobre Cambio Climático

Belém, Brasil – Noviembre de 2025

Excelentísimo Embajador André Corrêa do Lago

Presidente de la Conferencia de las Partes de la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre Cambio Climático (COP30)

Excelencia,

Reciba nuestros respetuosos saludos y nuestro reconocimiento por la destacada conducción de los trabajos de la COP30 en Belém, especialmente en lo referente al compromiso de la Presidencia con ampliar la legitimidad, la eficacia y la justicia de las respuestas globales a la crisis climática.

Es un honor comunicarle oficialmente la creación y el lanzamiento del **Foro Global de Comunidades Locales sobre Cambio Climático**, un hito construido de manera colectiva y democrática por organizaciones y liderazgos de comunidades locales de África, Asia, América Latina y el Caribe, reunidos en esta Conferencia para consolidar un espacio político permanente, autónomo y plural.

Este Foro expresa la madurez de un proceso de autoorganización que desde hace años se desarrolla silenciosamente en los territorios, y que ahora toma forma visible en el escenario multilateral. No representa únicamente un conjunto de organizaciones, sino una arquitectura colectiva legítima basada en principios de autodefinición, vínculos comunitarios con los territorios, ancestralidad, modos de vida sostenibles y prácticas comunitarias que conservan la biodiversidad y sostienen la vida.

1. Lanzamiento del Foro y Coordinación Política Electa

Tras un proceso de consulta global y diálogos interregionales realizados durante la COP30, el Foro Global de Comunidades Locales estableció:

Coordinación Política Regional (2025–2027)

África: Alhassan Attahiru Jaoji (Nigeria) y Cécile Ndjebet (Camerún)

Asia: Bharati Pathak (Nepal) y *TBC*

América Latina y el Caribe: Gustavo Sanchez Valle (México) y Samuel Leite Caetano (Brasil)

Esta coordinación tiene un mandato claro: facilitar procesos internos de consulta, representar al Foro ante los espacios formales de la CMNUCC y garantizar la paridad de género, la transparencia y la rendición de cuentas.

2. Criterios de Representación y Principios del Foro

El Foro aprobó colectivamente los criterios que definen quién lo integra y, por tanto, quién compone legítimamente la representación de las Comunidades Locales dentro de la CMNUCC.

Criterios de Autodefinición de las Comunidades Locales

- Vínculo territorial colectivo, incluyendo pueblos de movilidad territorial (pastoralistas, nómadas y trashumantes).
- Autogobierno y formas comunitarias de toma de decisiones.
- Ancestralidad, memoria colectiva y transmisión intergeneracional de conocimientos.
- Modos de vida que conservan la naturaleza, restauran ecosistemas y sostienen la biodiversidad.
- Identidad propia no dependiente del reconocimiento estatal formal.

Principios Orientadores

- Autonomía y autodeterminación en la elección de representantes.
- Paridad regional, generacional y de género.
- Transparencia y responsabilidad colectiva.
- Solidaridad intercomunitaria e interregional.
- Protección de defensores de los territorios y de los derechos humanos.

3. Solicitudes a la Presidencia de la COP30

Excelencia, este momento en Belém abrió una oportunidad histórica: corregir la laguna persistente en el reconocimiento político de las Comunidades Locales dentro de la Convención.

A la luz de la madurez organizativa demostrada, solicitamos respetuosamente el apoyo diplomático de la Presidencia de la COP30 para avanzar en los siguientes puntos:

(1) Reconocimiento del Foro Global de Comunidades Locales como interlocutor legítimo ante la CMNUCC

Que el Foro sea formalmente reconocido como el espacio de articulación y representación de las comunidades locales, en diálogo directo con la Secretaría, los grupos constituyentes y los órganos subsidiarios.

(2) Establecimiento de canales oficiales de comunicación directa entre el Foro/Caucus y la Presidencia de la COP, la Secretaría de la CMNUCC y la LCIPP

Mientras no se formalice una constituencia específica, es fundamental que la comunicación no sea intermediada por gobiernos ni actores externos.

(3) Inclusión del Foro en el diálogo mandatado por la Decisión 14/CP.29 sobre la participación de las Comunidades Locales

Garantizando la consulta directa y explícita a la coordinación global recientemente electa.

(4) Apoyo político a la creación de los tres escaños destinados a las Comunidades Locales en el FWG de la LCIPP

Tal como está previsto desde la COP24.

Y conforme al principio de legitimidad política, que dichos escaños sean ocupados exclusivamente mediante nominaciones directas del Caucus/Foro Global de Comunidades Locales, siguiendo procesos internos transparentes y representativos.

(5) Facilitación de recursos logísticos y financieros para garantizar la participación efectiva de las regiones del Sur Global

Particularmente para los grupos más afectados por barreras financieras, lingüísticas y de movilidad.

4. Solicitud de Apoyo Institucional a la Secretaría de la CMNUCC

Respetuosamente solicitamos a la Secretaría:

- Establecer un canal formal y continuo de comunicación institucional con la coordinación del Foro.
- Reconocer al Foro como grupo autoorganizado para fines de participación en la Convención.

- Incluir al Foro en las reuniones preparatorias, consultas técnicas y eventos mandatados de la LCIPP y otros órganos pertinentes.
- Garantizar servicios de interpretación multilingüe que apoyen la diversidad lingüística de las regiones participantes.

5. Consideraciones Finales

Excelencia,

Las Comunidades Locales reunidas en Belém no son actores periféricos de la acción climática global; son sujetos políticos, guardianes de territorios de vida, innovadores de la adaptación y custodios de la biodiversidad. Son, como señalaron muchas lideranzas aquí presentes, **“la última línea de defensa de la Tierra.”**

La autoorganización demostrada en la COP30 representa un avance histórico —no solo para las comunidades, sino para todo el sistema multilateral—. Ahora solicitamos que la Presidencia de la COP30 ayude a transformar este avance político en un reconocimiento institucional real.

Reafirmamos nuestro compromiso con el diálogo, la cooperación y la construcción conjunta de soluciones, confiando en que este momento será recordado como aquel en que la CMNUCC finalmente abrió sus puertas para que las comunidades locales hablaran con voz propia, dignidad y autonomía.

Nos ponemos a disposición para cualquier reunión adicional o información que Su Excelencia considere necesaria.

Con la mayor consideración,

Foro Global de Comunidades Locales sobre Cambio Climático

Coordinación Políticamente Electa: Nigeria, Camerún, Nepal, Indonesia, México y Brasil
Belém, noviembre de 2025